



**Governo do Estado de São Paulo
São Paulo Previdência
Conselho SPPREV**

ATA DE REUNIÃO

Nº do Processo: 152.00005525/2024-38

Interessado: Conselho Fiscal da SPPREV

Assunto: Ata da 194ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de agosto de dois mil e vinte e quatro, nesta cidade de São Paulo, na sala de reunião dos Conselhos da São Paulo Previdência, localizada à Avenida Rangel Pestana, 300, 12º andar, ala Dom Pedro, às 10h00min, conforme prévia convocação, reuniu-se o Conselho Fiscal da São Paulo Previdência - SPPREV. Participaram presencialmente o Conselheiro Titular Diego Marcelino dos Reis Teixeira, Presidente do Conselho, bem como o Diretor de Administração e Finanças, André Moura Robles; a Supervisora de Finanças e Contabilidade, Adriana Ceron, em substituição à Gerente de Finanças e Contabilidade, Ivete Tie Nagata, ausente por motivo justificado; o Gerente de Planejamento e Controle, Marcos de Oliveira Campos; e o Analista em Gestão Previdenciária, Valdemir Roberto Machado de Moraes. Remotamente, participaram os Conselheiros Titulares Anselmo Deniz Campos Junior, Vice-Presidente do Conselho; Fábio Teizo Belo da Silva; Nerylson Lima da Silva; e Coronel PM Aleksander Toaldo Lacerda. A princípio, o Presidente do Conselho discorreu acerca da Ata da 193ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal, a qual foi aprovada de modo unânime pelo Colegiado. Em seguida, foi passada a palavra ao André Moura Robles para transmissão dos informes gerais, momento em que o Diretor de Administração e Finanças comunicou que, em relação às contratações dos 72 Técnicos aprovados no último Concurso Público da SPPREV, até o momento, foram admitidos 44 Técnicos. Destacou que serão convocados mais 28 Técnicos, os quais estão previstos para comparecer no início de setembro. Pontuou que a pretensão é que esse processo de admissão dos 72 Técnicos termine até o fim deste ano. Ressaltou que alguns Técnicos admitidos recentemente deixaram a autarquia para migrar para outros órgãos por terem passado em outros concursos que oferecem melhores salários. O segundo informe compartilhado foi no tocante ao recebimento dos valores do Superávit, salientando que houve uma alteração. Antes, a São Paulo Previdência tinha para receber, em 2024, cerca de R\$ 427 milhões, sendo que, desse valor, já havia recebido aproximadamente R\$ 384 milhões. Porém, em julho, a SPPREV foi informada pela Secretaria da Fazenda e Planejamento que também foram consignados valores da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - Alesp e do Ministério Público do Estado de São Paulo - MPSP. Enfatizou que o MPSP já repassou R\$ 9 milhões. A Alesp, contudo, ainda não repassou os devidos R\$ 18.7 milhões. Frisou que a autarquia realizou a Solicitação de Alteração Orçamentária - SAO, a qual foi aprovada. Apontou, inclusive, que a São Paulo Previdência utilizou parte desse recurso para pagamento desta folha, além de evidenciar que só estava pendente de utilização porque não havia dotação orçamentária nessa fonte específica para fazer os dispêndios desse valor de Superávit. Destacou que o referido procedimento terá que ser repetido para o MPSP e para a Alesp, pois havia sido solicitado o valor exato do que a

SPPREV tinha recebido. O terceiro informe transmitido foi com relação à absorção das folhas dos Outros Poderes e das Universidades, bem como acerca da adesão à Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo - Prevcom. Diante do exposto, pontuou não haver nenhuma novidade sobre essas questões. O quarto informe compartilhado foi a respeito do término dos mandatos dos Conselheiros James Felipe Piazza e Marcos Akamine Wolff, que se encerraram em 24 de agosto de 2024. Ainda acerca desse assunto, ressaltou que, em 15 de setembro de 2024, se encerrarão os mandatos dos Conselheiros titulares Diego Marcelino dos Reis Teixeira, Presidente do Conselho, e Anselmo Deniz Campos Junior, Vice-Presidente do Conselho, bem como de seus respectivos suplentes William Portik Assis e Cássio Ramalho do Prado. Salientou também que Bruno Santos Abreu Caligaris está sendo nomeado como suplente do Conselheiro titular Nerylson Lima da Silva. Diante disso, informou que a posse será realizada em uma reunião do Conselho de Administração. Por meio do quinto informe transmitido, enunciou que, em agosto, a autarquia recebeu R\$ 327 milhões referentes à participação especial, enfatizando que essa informação constará dos próximos relatórios. Como sexto e último informe, frisou que a Presidência está estudando cuidadosamente o Decreto nº 68.742, de 5 de agosto de 2024, o qual estabelece a organização da Administração Pública direta e das autarquias do Estado, regulamenta a Lei Complementar nº 1.395/2023 e dá providências correlatas. Apontou, ainda, que a São Paulo Previdência tem acompanhado as *lives* que o Governo tem feito sobre esse assunto. Logo após, Adriana Ceron iniciou a apresentação do Relatório Gerencial de Junho de 2024, informando que houve uma queda no valor das receitas previdenciárias, em torno de R\$ 175 milhões. Evidenciou que os royalties são um dos principais itens que sofreram essa queda, em razão da participação especial referente ao mês de maio, no valor de R\$ 240 milhões. No que concerne ao COMPREV, destacou que essa é uma receita variável, que depende muito da quantidade de deferimentos. Com relação ao item "Demais Receitas", pontuou que engloba, principalmente, o resgate de precatórios e a contribuição de Obrigações de Pequeno Valor - OPV patronal. Perante o exposto, ressaltou que, em maio, a Procuradoria Geral do Estado - PGE não passou o valor referente à contribuição patronal, salientando que isso ocorreu somente em junho. Enfatizou também que as demais variações foram normais de folha. Nesse momento, André Moura Robles complementou frisando que, em relação ao ativo e, conseqüentemente, ao patronal, houve um aumento decorrente da parte civil da Secretaria de Segurança Pública, devido à convocação e ao ingresso de quatro mil pessoas no referido órgão, refletindo no aumento das receitas de ativo. No que se refere ao COMPREV, apontou que foram aprovados R\$ 48 milhões de pagamentos, principalmente, porque pagaram 704 requerimentos atrasados que são caros. Evidenciou que, desse valor mencionado, R\$ 33 milhões são referentes aos requerimentos aprovados. Destacou que quando a SPPREV envia o requerimento ao INSS, às vezes, há um lapso de tempo grande para o referido órgão analisar, dando direito, assim, ao recebimento desses valores atrasados. Pontuou que os itens "atrasados" e "estoque" variam de acordo com as aprovações. Posteriormente, Adriana Ceron retomou a apresentação, discorrendo acerca da despesa previdenciária, a qual apresentou uma queda da liquidação de cerca de R\$ 102 milhões. Ressaltou os principais itens que contribuíram para isso, indicando principalmente o item "inativos", o qual apresentou uma queda de R\$ 114 milhões. Salientou que isso ocorreu porque ficou uma pendência de liquidação por falta de dotação orçamentária, questão regularizada no mês de junho. Nesse instante, André Moura Robles enfatizou que essa é uma aparente queda da despesa, pois se a autarquia tivesse R\$ 130 milhões a mais em sua liquidação, a despesa total teria sido R\$ 4.362 bilhões. A seguir, Adriana Ceron retomou a apresentação, frisando que, no tocante à despesa com COMPREV, a São Paulo Previdência acabou utilizando o saldo que tinha de COMPREV de restos a pagar. Em virtude disso, também houve essa variação. Em relação ao Superávit, apontou todos os valores que já foram transferidos à SPPREV até o momento, totalizando R\$ 393 milhões, incluindo o valor do MPSP, o qual ainda não foi utilizado devido à data de repasse. Evidenciou também que ainda estão pendentes de repasse R\$ 61.8 milhões. Na sequência, Marcos de Oliveira Campos apresentou as receitas administrativas de junho, as quais totalizaram R\$ 12.3 milhões, representando uma queda de 1,29%, comparando com o mês de maio. Destacou que a principal variação foi em

relação à remuneração dos investimentos aplicados, item que teve uma queda de 17,29%. Pontuou que isso já era esperado porque, em maio, houve a transferência do Superávit administrativo, no valor de R\$ 24 milhões, para a previdência. Além disso, houve uma pequena variação na taxa de administração, representada por uma queda correspondente a 0,08%. Posto isto, ressaltou que, em relação ao que tinha programado para receber na taxa de administração, que é a principal receita, ficou um déficit de R\$ 48.9 mil. Saliu também que, em junho, o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER e o Centro Paula Souza - CPS tiveram um problema com dotação orçamentária e não conseguiram fazer esse repasse. Enfatizou que o acerto ocorrerá no mês subsequente e que, no caso do DER, há uma pendência de R\$ 39.5 mil. Já no caso do CPS, há uma pendência no valor de R\$ 11.9 mil. Logo, resolvendo essa questão orçamentária interna, serão regularizados os repasses da taxa de administração. Nesse momento, André Moura Robles frisou que todos pagaram a cota única. Em seguida, Marcos de Oliveira Campos apontou que todos os repasses ocorreram conforme a resolução e o comunicado publicados no início do ano. Acerca das despesas administrativas, evidenciou que, no geral, houve um crescimento de 10,43%, comparando com o mês de maio, encerrando junho em R\$ 10.184 milhões. Na parte de pessoal, destacou que o crescimento correspondeu a 7,28%. Pontuou que o item "Vencimento e Vantagens Fixas" cresceu 9,15%, apresentando uma variação de R\$ 192 mil no mês, reflexo da admissão dos novos Técnicos, além de ser um período com grande número de servidores em férias. Ademais, houve um aumento referente ao ressarcimento de pessoal requisitado da Secretaria da Fazenda e Planejamento, de 12,77%, totalizando R\$ 56 mil. Na parte de custeio, ressaltou que o aumento foi de 12,11%, encerrando o mês de junho com R\$ 6.739 milhões - salientou que, em maio, esse item havia terminado em R\$ 6 milhões. Detalhou também quais elementos da despesa administrativa tiveram aumento, apontando os referidos valores e esclarecendo as razões dos respectivos aumentos. Em relação ao quadro de pessoal atualizado, enfatizou que o número de Analistas segue estável. Já o número de Técnicos tem aumentado desde que a autarquia deu início à admissão dos concursados. Compartilhou que, atualmente, a São Paulo Previdência conta com 80 Analistas, 218 Técnicos, 72 cargos de empregos públicos em confiança e 31 cargos referentes ao Quadro Especial e Cedidos, totalizando 401 empregados. Logo após, Valdemir Roberto Machado de Moraes apresentou o Relatório da Auditoria Externa, informando que, desde a última reunião, ocorreram mais duas soluções, restando ainda 10 itens pendentes, 11 esclarecidos e três solucionados. Frisou e detalhou também as três movimentações que ocorreram em julho. Posteriormente, Neryson Lima da Silva indagou se a SPPREV está acompanhando o julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal - STF, que tem como objeto trechos da Reforma Previdenciária de 2019, em especial acerca da progressividade das alíquotas de contribuição. André Moura Robles informou que sim, destacando que a Presidência tem acompanhado de perto essa questão, principalmente por ser a área que recebe tais demandas e que participa de encontros referentes ao assunto. Neryson Lima da Silva perguntou, então, se o Conselho de Administração também tem acompanhado essa questão. André Moura Robles pontuou que sim, ressaltando que a PGE também tem feito o devido acompanhamento. Saliu, ainda, que José Roberto de Moraes, Diretor-Presidente da autarquia, e Fernando Zanelli, Diretor de Benefícios Servidores Públicos da São Paulo Previdência, fazem parte e participam das reuniões do Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social - CONAPREV e da Comissão Permanente de Acompanhamento de Ações Judiciais Relevantes - COPAJURE. Ante o exposto, Neryson Lima da Silva requereu que conste desta Ata a solicitação de acompanhamento sobre esse assunto, devido ao impacto nas contas do Estado e da SPPREV. Sendo assim, requereu também que, mensalmente, o Conselho Fiscal seja atualizado a respeito dessa questão. André Moura Robles concordou, enfatizando que solicitará as referidas atualizações a José Roberto de Moraes e ao Fernando Zanelli para compartilhar com o Conselho Fiscal. Além disso, esclareceu aos Conselheiros do que se trata o julgamento dessas Ações Diretas de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal - STF. Elucidou que esse caso está sendo discutido no STF e que o Ministro Gilmar Mendes pediu vistas ao processo. Frisou que está sendo discutida a constitucionalidade da Emenda Constitucional nº

103/2019, a qual mudou todo o sistema previdenciário, principalmente em relação à progressividade de alíquotas e à cobrança que era feita aos inativos. Isto é, dispõe do impacto das contas do Estado, bem como de valores a serem devolvidos. Apontou, ainda, que os Estados estão se movimentando a respeito desse julgamento por ser uma grande preocupação. Evidenciou, inclusive, que Fernando Zanelli irá à Brasília, na próxima semana, para participar de reuniões e discussões acerca do assunto. À face do exposto, sugeriu incluir esse tema como item recorrente da pauta das Reuniões Ordinárias. O Presidente do Conselho indagou ao Nerylson Lima da Silva se essa sugestão atenderia à sua solicitação, o qual afirmou que sim. A seguir, André Moura Robles iniciou a apresentação do Relatório de Investimentos de Julho de 2024, informando que a SPPREV está enquadrada e aderente aos limites dispostos na Resolução CMN nº 4.963/2021. Destacou também que, no início de agosto, houve a renovação do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP. Pontuou, ainda, que o CADPREV-Web, sistema do Governo Federal, passou a exigir a inserção de dados dos Conselheiros, como diplomas, certificações etc., ou seja, toda a documentação que foi solicitada aos Conselheiros e encaminhada à autarquia. Ressaltou que a São Paulo Previdência conseguiu atender aos requisitos, fato que contribuiu para a renovação do CRP, o qual é válido por seis meses. Em relação aos investimentos da SPPREV, salientou que, de acordo com a Ata da Reunião nº 264 do Comitê de Política Monetária - Copom, a taxa de juros foi mantida em 10,5%. Informou que há uma discussão para saber se pode ter um aumento da taxa de juros ou se ela seguirá estável. Enfatizou que é pouco provável que ocorra a diminuição da taxa de juros por conta da inflação. Frisou que tem sido observado que a taxa de juros tem aumentado e que há projeção de mais aumento. Inclusive, com esse aumento da taxa de juros e da expectativa da inflação para os próximos meses, o próprio relatório Focus não está prevendo mais a queda da taxa de juros para os próximos meses. Sendo assim, com essa manutenção da taxa básica de juros, a tendência é que os investimentos da SPPREV, principalmente os pós-fixados, se mantenham atrativos para que a autarquia mantenha as suas aplicações nesses fundos. Isso pode ser evidenciado até pelo retorno que a São Paulo Previdência teve dos investimentos na posição de julho. Destacou, portanto, os rendimentos dos dois principais fundos pós-fixados da SPPREV: "BB RF Ref DI TP FI" 0,91% e "BB Previd RF Perfil" 0,97 %. Pontuou que os dois referidos fundos têm mantido um desempenho razoável, atendendo à Política de Investimentos da autarquia e à manutenção do valor real das disponibilidades da SPPREV. Ressaltou que um fator relevante, que se diferencia dos outros meses, é que o fundo "BB Previd RF IRF-M1", pré-fixado e seis vezes mais volátil que os outros dois fundos citados anteriormente, pode ser uma alternativa diante de uma queda da taxa de juros, a fim de que a autarquia faça um *mix* de seus investimentos. Salientou que, antes, o fundo "BB Previd RF IRF-M1" estava rendendo bem abaixo dos outros fundos. Porém, em julho, rendeu 0,91%, ou seja, quase a mesma porcentagem que o fundo referenciado. Enfatizou que isso é um sinal que, eventualmente, a autarquia poderia diversificar, caso olhasse apenas o número do mês. Todavia, ao observar o rendimento do fundo no ano e/ou nos últimos doze meses, será possível notar que o rendimento ainda está abaixo. Portanto, por prudência, a São Paulo Previdência manterá os seus investimentos nos fundos pós-fixados até que haja uma mudança significativa de rota da taxa de juros. Frisou que, por enquanto, como não tem essa perspectiva, a intenção e a indicação do Comitê de Investimento da SPPREV é que os investimentos fiquem concentrados nos fundos "BB RF Ref DI TP FI" e "BB Previd RF Perfil". Finalizou sua apresentação apontando que a autarquia diminuiu um pouco o valor aplicado de junho para julho. Evidenciou que, em junho, tinham cerca de R\$ 95 milhões na administração e R\$ 678 milhões na previdência, ou seja, cerca de R\$ 770 milhões aplicados. Já em julho, a administração subiu para R\$ 96 milhões. Porém, na previdência, por conta da utilização dos recursos citados ao longo da apresentação, houve uma queda. Destacou que, em agosto, a queda será ainda mais acentuada, em razão da liberação da alteração orçamentária com relação à fonte de despesa orçamentária referente ao Superávit. Pontuou também que, como houve a liberação dessa fonte para utilização nas despesas, a São Paulo Previdência fez uso dos devidos valores para pagar suas despesas previdenciárias. Ressaltou que, para os próximos meses, haverá uma baixa de, pelo menos, R\$ 380 milhões, valor já recebido do Superávit para pagamento de benefícios

previdenciários. Salientou, ainda, que a tendência é que, nos próximos meses, reduzam esses valores aplicados, talvez atenuados um pouco pela participação especial, no valor de R\$ 327 milhões. Diante do exposto, o Presidente do Conselho agradeceu pela apresentação e, não havendo questionamentos por parte dos membros do Colegiado, foram aprovados, por unanimidade, o Relatório Gerencial de Junho de 2024 e o Relatório de Investimentos de Julho de 2024. Na sequência, o Presidente do Conselho informou que esta será sua última reunião. Nesse momento, compartilhou sua trajetória profissional na Alesp e como Conselheiro da SPPREV, enfatizando ter atuado um biênio no Conselho de Administração e outro biênio no Conselho Fiscal, representando os servidores por meio do Sindicato dos Servidores Públicos da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - Sindalesp. À vista disso, agradeceu a todos com quem trabalhou, frisando especialmente a organização que há no Conselho Fiscal e a evolução da autarquia ao longo dos últimos 10 anos. Disse entender que chegou o momento de sair dos Conselhos da São Paulo Previdência e informou que Nayara Flamini Arantes Rocha assumirá o seu lugar, evidenciando que ela é uma excelente profissional. André Moura Robles agradeceu ao Diego Marcelino dos Reis Teixeira por atuar como Presidente do Conselho, destacando sua excelência, lealdade e transparência profissional. Agradeceu também ao Anselmo Deniz Campos Junior por toda contribuição, pontuando que ambos foram Conselheiros ativos, que sempre contribuíram com críticas construtivas, visando à melhora e evolução da SPPREV, em prol da administração e dos beneficiários da autarquia. Anselmo Deniz Campos Junior agradeceu a todos, pontuando que foi um prazer atuar como Conselheiro da SPPREV. Diego Marcelino dos Reis Teixeira ressaltou que segue à disposição da São Paulo Previdência para o que precisarem em relação à Alesp. Por fim, comunicou que a 195ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal está prevista para ser realizada em 25 de setembro de 2024, às 10 horas. E, para constar, eu, Alessandra Mathias Moris Moleiro, Secretária do Conselho, lavrei e subscrevo essa Ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelos Conselheiros presentes.

São Paulo, na data da assinatura digital.

Alessandra Mathias Moris Moleiro
Assessor Técnico Previdenciário



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Mathias Moris, Assessor Técnico Previdenciário**, em 11/10/2024, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Teizo Belo da Silva, Coordenador**, em 11/10/2024, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **DIEGO MARCELINO DOS REIS TEIXEIRA, Usuário Externo**, em 12/10/2024, às 21:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALEKSANDER TOALDO LACERDA, Usuário Externo**, em 14/10/2024, às 11:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANSELMO DENIZ CAMPOS JUNIOR, Usuário Externo**, em 14/10/2024, às 12:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0042802987** e o código CRC **37832FC8**.
